



Secom-MT

TCU ANULA LICITAÇÃO DO PARQUE DE CHAPADA

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o cancelamento da concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e deu 15 dias para a publicação de um novo edital. A decisão foi tomada de forma unânime na tarde desta quarta-feira, 5 de julho. A decisão é favorável para o Estado, que buscava ser readmitido na licitação anterior e agora poderá disputar o novo leilão. Na representação, o Estado questionou irregularidades no processo de concessão feito pelo ICMBio, que desclassificou a MT Par da concorrência para gerenciar o parque nacional.

PÁG. 5

Caso de Edna pode ficar para agosto

A conclusão do processo ético contra a vereadora Edna Sampaio (PT) deve ficar para depois do fim do recesso parlamentar, em agosto. A informação é do presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000 (PL). Em entrevista à imprensa, Chico comentou que o recesso começará no dia 17 de julho e terminará no dia 31 do mesmo mês. O presidente explicou que a vereadora ainda tem prazo de quatro sessões ordinárias para que seus advogados apresentem a defesa por escrito.

PÁG. 4

Mauro tenta adiar votação da reforma

Insatisfeito com o texto atual da reforma tributária, o governador Mauro Mendes (União) tenta convencer do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a adiar a votação para depois

do recesso parlamentar, entre agosto e setembro. Porém, Lira segue determinado em realizar a votação na quinta-feira, 6 de julho, e já colocou a matéria para discussão em plenário nesta quarta, 5. Mauro

argumenta que o texto oficial da reforma tributária só foi apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) há cerca de uma semana e ainda não foi debatido o suficiente.

PÁG. 4



AssCom Dourado

DE VOLTA AO DOURADO, CLAYSON QUER FAZER TEMPORADA MELHOR QUE EM 2021

PÁG. 8

PRODUTOR DE SOJA PODE PERDER ATÉ 45% DA RENDA, APONTA SEFAZ

Cálculos apresentados pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT) apontam que o agronegócio também deverá ser afetado pela reforma tributária. Responsável pelo superávit bilionário da balança comercial durante os últimos anos, o setor deve sofrer com aumento no custo de produção devido à nova tributação sobre os insumos, como sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. Atualmente, os insumos para produção agrícola têm alíquotas reduzidas ou são desonerados em Mato Grosso, para garantir a competitividade do agronegócio. Porém, a reforma tributária deve colocar todos esses itens na alíquota na alíquota padrão do IVA, que ainda será definida.

PÁG. 3



Marcos Vergueiro/Secom-MT

JOVEM É MORTO COM 4 TIROS NA CABEÇA

PÁG. 6



FACEBOOK



INSTAGRAM



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!

QUINTA - 06/07

↑ 35°

↓ 17°



EDITORIAL

Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz

vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que respeitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado,

afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para captura-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

A função do servidor público

Artur Marques da Silva Filho (*)

A estabilidade no setor público brasileiro, introduzida na Constituição de 1934 e ratificada na Carta Magna de 1988, em seu Artigo 41, atende a um preceito global das nações democráticas, de tornar o funcionalismo imune à alternância partidária e ideológica nos governos e às influências políticas e de interesses de grupos. Resguarda-se, assim, o direito da população a serviços eficazes e isonômicos.

Para que essa condição seja garantida também é essencial que a contratação dos servidores baseie-se em critérios técnicos, conhecimento e capacitação, sem qualquer interferência de políticos, autoridades ou segmentos da sociedade e do poder econômico. Daí o significado e a fundamentação dos concursos públicos. O primeiro deles, organizado de modo semelhante ao que há atualmente, realizou-se em 1937, quando cerca de cinco mil candidatos disputaram vagas no então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Com o tempo, muitos aperfeiçoamentos verificaram-se no âmbito dos concursos públicos, essenciais à admissão de profissionais capacitados à prestação de serviços aos brasileiros. Estamos falando, dentre outros, de professores, médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais, delegados de polícia, investigadores e outras carreiras da segurança, fiscais, engenheiros, geólogos, magistrados, cartórios dos fóruns, promotores, defensores públicos, procuradores, técnicos e atendentes da previdência, economistas e todo o pessoal especializado que provê suporte administrativo às distintas áreas.

Considerada a importância dos concursos, é louvável a intenção do atual governo de promover seu aperfeiçoamento, a partir do Projeto de Lei 2.258/2022, aprovado pela Câmara dos Deputados. Trata-se de substitutivo ao PL 92/2000 do Senado, que agora precisa ratificar a matéria. A incorporação de tecnologia para melhorar os processos de seleção, am-

pliação da diversidade nos grupos de candidatos e melhor adequação dos conteúdos e focos de conhecimento específicos para cada carreira são avanços relevantes.

Entretanto, outras possibilidades em discussão, a exemplo de entrevistas pessoais e treinamento prático supervisionado como requisitos para admissão, precisam ser mais bem-analisadas. Afinal, são critérios que fogem à objetividade dos exames e submetem os candidatos ao julgamento subjetivo de terceiros. Por mais que se preze pela imparcialidade e proficiência dos profissionais responsáveis por essas etapas suplementares e eliminatórias, é muito difícil garantir imunidade integral a influências e avaliações de caráter pessoal, colocando-se em risco o fundamento basilar do concurso público. Outro ponto questionável encontra-se no Artigo 8º do PL, que prevê a possibilidade de realização de provas on-line. Não acredito que haja qualquer modelo cibernético capaz de assegurar a plena segurança desse processo virtual. O risco de fraudes seria imenso.

O modelo de contratação dos profissionais para a prestação de serviços à sociedade deve ser sempre melhorado e aprimorado, em linha com as transformações socioeconômicas e os avanços tecnológicos e das estruturas laborais. No entanto, é preciso preservar totalmente a integridade, a imparcialidade e a lisura do concurso público, principal fator para que o funcionalismo não trabalhe para governos, mas sim para o povo.

***ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP). A AFPEP é uma entidade sem fins lucrativos e direcionada ao bem-estar dos servidores civis estaduais, municipais e federais atuantes do território paulista. Fundada há nove décadas, é a maior instituição associativa da América Latina, com cerca de 240 mil associados. Está presente em mais de 30 cidades.**

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

VARIOLA DOS MACACOS: CUIDADOS, PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO

Apesar de levar o nome de “varíola dos macacos”, a transmissão da doença não está relacionada aos macacos. O nome vem da descoberta inicial do vírus em macacos em um laboratório dinamarquês em 1958. Até o momento, o mundo registra 41,5 mil casos distribuídos em 96 países.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 98,5% dos casos estão entre pessoas do sexo masculino. Desse percentual, 76,5% é de homens entre 18 e 44 anos; 0,5% de 0 a 17 anos e 0,1% de 0 a 4 anos. A idade mediana dos infectados é 36 anos.

O sintoma mais comum nas pessoas diagnosticadas com a doença é a febre. No Brasil, além da reação térmica do corpo, pacientes relataram inchaço de gânglios, erupções na pele e dores musculares. Quanto aos locais das erupções, 59,9% acometeram órgãos genitais dos infectados, 44,4% no tronco e 40,3% em membros superiores.

Ao sentir algum sintoma suspeito que possa ser compatível com a varíola dos macacos, também conhecida como monkeypox, procure uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Unidade de Pronto Atendimento para avaliação. Informe se você teve contato próximo com alguém com suspeita ou confirmação da doença. Se possível, isole-se e evite o contato próximo com outras pessoas.

OS SINAIS E SINTOMAS, EM GERAL, INCLUEM:

Erupção cutânea ou lesões de pele; Adenomegalia/Linfonodos inchados (inguas); Febre; Dores no corpo; Dor de cabeça; Calafrio; Fraqueza.

DIAGNÓSTICOS - Caso suspeito: pessoa de qualquer idade que apresenta início súbito de lesão em mucosas e/ou erupção na pele aguda profunda e bem circunscrita de monkeypox, única ou múltipla, em qualquer parte do corpo; e/ou dor proctite (por exemplo, dor anorretal, sangramento) e/ou edema peniano, podendo estar associada a outros sintomas. Caso provável: caso que atende à definição de caso suspeito, que apresente um ou mais critérios (Plano de Contingência

- página 8), com investigação laboratorial de varíola dos macacos não realizada ou inconclusiva, e que o diagnóstico da doença não pode ser descartado apenas pela confirmação clínico-laboratorial de outro diagnóstico.

Caso confirmado: caso suspeito com resultado laboratorial “positivo/detectável” para varíola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

Caso descartado: caso suspeito com resultado laboratorial “negativo/não detectável” para varíola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

PREVENÇÃO - A principal forma de proteção contra a monkeypox é a prevenção. Assim, aconselha-se a evitar o contato direto com pessoas com suspeita ou confirmação da doença. E no caso da necessidade de contato (por exemplo: cuidadores, profissionais da saúde, familiares próximos e parceiros, etc.) utilizar luvas, máscaras, avental e óculos de proteção.

Pessoas com suspeita ou confirmação da doença devem cumprir isolamento imediato, não compartilhar objetos e material de uso pessoal, tais como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente, talheres, até o término do período de transmissão.

Lave regularmente as mãos com água e sabão ou utilize álcool em gel, principalmente após o contato com a pessoa infectada, suas roupas, lençóis, toalhas e outros itens ou superfícies que possam ter entrado em contato com as erupções e lesões da pele ou secreções respiratórias (por exemplo, utensílios, pratos).

Lave as roupas de cama, roupas, toalhas, lençóis, talheres e objetos pessoais da pessoa com água morna e detergente. Limpe e desinfete todas as superfícies contaminadas e descarte os resíduos contaminados (por exemplo, curativos) de forma adequada.

Todas as informações sobre a varíola dos macacos estão disponíveis no site do Ministério da Saúde (www.gov.br/saude/pt-br)

Marketing digital

Renato Torres (*)

No cenário altamente competitivo de hoje, o marketing digital desempenha um papel fundamental no crescimento e na visibilidade das empresas. Uma das estratégias é a otimização de mecanismos de busca (SEO), por esse motivo é fundamental entender como esses recursos funcionam e como otimizar o conteúdo para aumentar a visibilidade e o tráfego orgânico do site.

Para Renato Torres, especialista em Marketing, palavras-chave, meta descrições, estrutura de URLs e outros elementos-chave do SEO também ajudam inúmeras empresas a alcançarem sucesso por meio de estratégias eficazes de marketing digital.

Outro pilar é o marketing de conteúdo. Torres enfatiza a necessidade de criar conteúdos relevantes e envolventes, que agreguem valor aos clientes em potencial. Ele sugere alguns diferentes formatos que podem ser utilizados. “Invista em blogs, infográficos, vídeos e eBooks, sempre aliado a uma estratégia consistente e bem planejada”, reforça.

A presença nas redes sociais é outro aspecto crucial e por isso é importante saber como escolher as plataformas corretas para o público-alvo, criar conteúdo cativante e engajar os seguidores de forma autêntica. “Todos esses recursos apresentam métricas que podem ser analisadas para avaliar o desempenho das campanhas e ajustar a estratégia conforme necessário”, aconselha Torres.

Para impulsionar o alcance e acelerar os resultados, os anúncios pagos são uma estratégia valiosa. Torres aconselha a explorar as diferentes opções de publicidade on-line, como anúncios no Google, Facebook, Instagram e LinkedIn. “Sempre é preciso levar em consideração a importância de segmentar o público, o orçamento e mensurar resultados”.

A automação de marketing também se destaca como uma ferramenta poderosa. Renato destaca como a automação pode agilizar processos, nutrir leads e melhorar a eficiência das campanhas de marketing. “Desde que devidamente integrada e planejada com outras iniciativas de marketing digital, é possível alcançar um resultado excelente”, pontua o especialista.

As estratégias de geração de leads são fundamentais para o crescimento dos negócios, assim como atrair e saber identificar contatos qualificados, bem como nutri-los

ao longo do funil de vendas. Para ajudar nessa missão, Renato separou alguns tópicos:

Consciência (topo do funil)

Crie conteúdo relevante e informativo, como artigos de blog, vídeos ou infográficos, que atraiam a atenção dos leads.

Ofereça materiais ricos, como e-books, webinars, em troca das informações de contato dos leads.

Utilize estratégias de marketing de conteúdo para aumentar a visibilidade da sua marca e estabelecer sua autoridade no setor.

Consideração (meio do funil)

Envie e-mails personalizados com conteúdo direcionado aos interesses e necessidades específicas dos leads.

Realize webinars ou eventos on-line para fornecer informações mais detalhadas sobre seus produtos ou serviços.

Ofereça demonstrações gratuitas ou avaliações para permitir que os leads experimentem sua solução antes de tomar uma decisão de compra.

Decisão (fundo do funil)

Envie depoimentos de clientes satisfeitos e estudos de caso que demonstrem os benefícios reais do seu produto ou serviço.

Ofereça suporte especializado, como consultas individuais ou atendimento personalizado, para ajudar os leads a superarem quaisquer objeções finais.

Crie ofertas exclusivas, como descontos, pacotes de serviços adicionais ou garantias estendidas, para incentivar a conversão.

Dicas práticas recomendadas para nutrir leads em todas as etapas

Utilize uma ferramenta de automação de marketing para segmentar seus leads e enviar comunicações personalizadas.

Acompanhe as interações dos leads com seu conteúdo e site para entender melhor seus interesses e intenções.

Esteja presente nas redes sociais, interagindo com seus leads por meio de comentários, mensagens e compartilhando conteúdo relevante.

Realize pesquisas ou enquetes para entender as necessidades dos leads e adaptar suas estratégias de marketing.

***RENATO TORRES é um empresário especializado em tecnologia e marketing, com ampla experiência no setor. Ao longo de sua carreira, ele tem ajudado empresas a implementarem estratégias eficazes de marketing digital e alcançarem resultados notáveis. Sua paixão pela tecnologia e seu conhecimento estratégico o tornam um consultor altamente respeitado no mercado.**

REFORMA TRIBUTÁRIA

Sefaz aponta prejuízos para o agro

Cálculos apresentados pela Secretaria de Fazenda apontam que a renda bruta do produtor de soja pode cair até 45% com a aprovação do texto atual

Gabriel Soares

Cálculos apresentados pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT) apontam que o agronegócio também deverá ser afetado pela reforma tributária. Responsável pelo superávit bilionário da balança comercial durante os últimos anos, o setor deve sofrer com aumento no custo de produção devido à nova tributação sobre os insumos, como sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Atualmente, os insumos para produção agrícola têm alíquotas reduzidas ou são desonerados em Mato Grosso, para garantir a competitividade do agronegócio. Porém, a reforma tributária deve colocar todos esses itens na alíquota na alíquota padrão do IVA, que ainda será definida.

Os cálculos da Sefaz apontam que essa mudança pode provocar um aumento no custo dos três principais produtos de exportação do agronegócio mato-grossense. A alta deve ser de 7,48%

na soja, chegando a 9,65% no caso do milho. Já o algodão pode sofrer aumento de até 8,96% no custo de produção.

Para o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, essas mudanças ameaçam a competitividade do agronegócio mato-grossense, além de causar impactos negativos sobre os principais itens de alimentação brasileira.

“Vai ser perda de competitividade na veia, precisamos de apoio, estamos com a bancada toda mobilizada. [...] É hora de união”, disse Gallo, durante uma reunião para debater a reforma tributária com os setores produtivos de Mato Grosso.

A renda dos produtores com o aumento da tributação também deve cair drasticamente, segundo os cálculos apresentados pela Sefaz. O maior prejuízo se dará na cultura da soja. A Sefaz prevê que haverá uma queda de até 45% na renda bruta do produtor de soja após a reforma tributária. Os



Marcos Vergueiro/Secom-MT

Produtores de soja devem ser os mais afetados pela reforma tributária, com perda de até 45% da renda bruta

produtores de milho e algodão devem sofrer um pouco menos, com uma queda de 20% na renda bruta.

Diante desses números, o diretor-executivo da Aprosoja-MT, Wellington Andrade, avaliou que o texto atual da reforma tributária atende apenas aos interesses das grandes

indústrias e dos bancos, enquanto causa prejuízos aos demais setores. Ele lembrou que a associação tem se preparado para esse momento desde 2018, já prevendo o cenário atual.

“Um dado importante é que essa Reforma Tributária do jeito que está atende aos interesses de somen-

te 15% do PIB brasileiro, as grandes indústrias e os bancos (setor financeiro). Os outros 85% do PIB Brasileiro que engloba agropecuária, serviços, comércio, saúde, não são atendidos por essa reforma, pelo contrário, são prejudicados com aumento de carga tributária”, argumentou.

PROPOSTAS - Na tentativa de evitar esses prejuízos, entidades ligadas ao agronegócio estão se mobilizando em Brasília para emplacar alterações no texto. Nesta quarta-feira, 5 de julho, lideranças do agronegócio apresentaram uma série de demandas para serem anexadas ao texto da reforma tributária.

Dentre os pontos defendidos pelo setor está a criação de uma alíquota única para a agropecuária, limitada a 20% da alíquota padrão do IVA. Ou seja, se a alíquota padrão for fixada em 30%, a alíquota do agro deve ser de 6%.

Outro pedido é que os produtores com faturamento anual de até R\$ 4,8

milhões não sejam obrigados a pagar tributos, ficando apenas com a opção de adesão voluntária. Também pedem que o Imposto Seletivo (uma taxa que será aplicada sobre alguns produtos ainda não definidos) não recaia sobre insumos agrícolas ou alimentos.

Além disso, o setor pede que não haja cobrança de IPVA sobre aeronaves agrícolas e tratores. Isso porque o texto atual da reforma prevê a cobrança de IPVA para jatinhos, lanchas e iates, que hoje não são atingidos pelo imposto.

As entidades pedem ainda que haja garantia de ressarcimento dos créditos tributários em até 60 dias e que eles não sejam estorçados. Por fim, apontam a necessidade de tratamento diferenciado para os agricultores cooperados. Eles apontam que não pode haver uma tributação mais gravosa sobre o cooperado e a cooperativa do que haveria se ele operasse individualmente ou por outro tipo de grupo societário.

MELHORA NA CONJUNTURA

Ipea projeta maior crescimento e menor inflação

Mariana Tokarnia/ABR

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diante dos avanços observados na economia brasileira nos três primeiros meses do ano, reviu as previsões econômicas e espera que o Brasil cresça mais e que a inflação seja menor do que o esperado anteriormente para 2023. As novas previsões e as análises do instituto foram divulgadas nesta quarta-feira (5), na Visão Geral da Conjuntura.

A nova previsão do instituto é que o Produto In-

terno Bruto (soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país - PIB) cresça 2,2% em 2023. A antiga previsão, até março, era de um crescimento de 1,4%. Já a inflação deve ser menor. A previsão da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,6% para 5,1% em 2023.

De acordo com o relatório, a revisão da previsão do PIB em 2023 ocorreu após o crescimento dos primeiros três meses do ano ter superado as expectati-

vas do Ipea. A previsão do instituto para o período era um crescimento de 1,2% em relação ao período anterior, ou seja, em relação aos últimos três meses de 2022, e que avançasse 2,7% em comparação com os primeiros três meses de 2022. O crescimento, no entanto, foi maior, 1,9% em relação ao trimestre anterior e 4% em relação ao mesmo período de 2022.

A inflação menor que a esperada, por sua vez, ocorre também devido à valorização do real brasileiro, que junto com a deflação das cotações das

commodities resulta em força que pressiona para baixo os preços no atacado, induzindo a um cenário de desinflação no varejo e nos preços ao consumidor. Para o restante do ano, portanto, a perspectiva é, segundo a análise divulgada, de estabilidade.

No documento, os pesquisadores detalham alguns fatores que contribuem com o cenário projetado. Dentre eles, o aumento da demanda por commodities brasileiras, motivada, entre outros fatores, pela reabertura econômica da China. Este ano,

o Brasil registrou recorde de superávit mensal na balança comercial para o mês, puxados pelo aumento das exportações de commodities como petróleo, minério de ferro, milho e soja.

Dentro do país, o Ipea aponta duas forças distintas em direções opostas. De um lado, a manutenção por período prolongado de taxas de juros elevadas por parte da autoridade monetária, alcançando o valor médio anualizado de 45% no mercado de crédito, o que pressiona para baixo o crescimento. De outro, impulsionam o crescimen-

to, as medidas fiscais que permitem a sustentação da renda das famílias, assim como a elevação da demanda pública, tanto do consumo do governo como dos investimentos públicos.

O Ipea destaca ainda que novas medidas continuam atuando no sentido de sustentar a renda das famílias no segundo trimestre do ano como um novo aumento do salário mínimo, reajuste dos salários dos funcionários públicos federais, antecipações do abono salarial e os ajustes do valor do Bolsa Família.

EMPRÉSTIMOS

CAE do Senado aprova Marco Legal das Garantias

Luciano Nascimento/ABR

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou nesta quarta-feira (5), em votação simbólica, o texto do projeto de Lei (PL) 4.188/2021 que estabelece o Marco Legal das Garantias de Empréstimos. A proposta, que segue agora para apreciação do plenário da Casa, altera normas que tratam das garantias de empréstimos visando diminuir o risco da inadimplência. A comissão ainda aprovou um pedido de urgência para a matéria, que poderá ser votada no Senado nesta semana.

O projeto é originário do Poder Executivo, mas os senadores aprovaram um texto substitutivo do relator Weverton (PDT-MA), cuja proposta visa desburocrati-

zar juridicamente as garantias creditórias, contribuir para reduzir o custo do crédito, ou seja, os juros no país. O senador disse que a medida não representa nenhum perigo adicional de aumento do endividamento da população.

“As burocracias existentes aumentam os juros e dificultam a realização de empréstimos ao reduzir a qualidade das garantias”, escreveu o senador em seu parecer. O mercado e a sociedade acabam suportando as consequências negativas disso, como a inviabilização de novos empreendimentos e de diversos projetos profissionais individuais. Torna-se maior a dificuldade das famílias brasileiras de adquirir bens importantes para o seu dia a dia e até para o seu trabalho, como

automóveis, eletrodomésticos, computadores e telefones celulares”, completou.

A proposta trata, em geral, da desjudicialização da execução de título executivo judicial e extrajudicial, detalhando os procedimentos para a recuperação de bens, buscando simplificar esse processo. Atualmente, com exceção dos imóveis, os credores precisam ir à Justiça para cobrar os bens dados como garantia em caso de inadimplência. O texto, que estende a possibilidade de utilização de bens móveis em cobrança extrajudicial em caso de inadimplência, abre a possibilidade de que as negociações possam ser realizadas entre as partes.

Os senadores mantiveram no projeto, a possibilidade de um único imóvel

ser utilizado como garantia para mais de um empréstimo. Mas, pelo texto aprovado, fica proibida penhora do único imóvel de uma família para pagamento de dívidas.

Um dos pontos que causou mais divergência é a possibilidade de que notas e os tabeliões de protestos, além de leilões, também pudessem realizar leilão judicial ou extrajudicial ou de pedido dos interessados para o pagamento e dívidas. O trecho do foi objeto de um pedido de vista que adiou a votação no colegiado, marcada inicialmente para ontem (4).

Após negociação com os senadores, Weverton disse que poderia alterar o trecho, mas reconheceu a necessidade e maior amadurecimento do debate.

O relator voltou a incluir na proposta, o monopólio da Caixa Econômica Federal nas operações permanentes e contínua de penhor civil. Weverton

também zerou a alíquota de Imposto de Renda sobre rendimentos de beneficiários dos domiciliados no exterior envolvendo fundos de investimento.

GOVERNO FEDERAL
CAIXA
 MINISTÉRIO DA FAZENDA
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3123/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3124/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 17/07/2023 até 16/08/2023, no primeiro leilão, e de 28/08/2023 até 31/08/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a) Sr(a). ANDRÉ SOBREIRA DA SILVA, Rua Doutor Bento Teobaldo Ferraz, 190, São Paulo/SP - CEP 01140-070, Fones (11) 3393-3155 e atendimento de segunda a sexta das 09h às 17h, site: www.centraljudicial.com.br. O 1º Leilão estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 17/08/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 01/09/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.centraljudicial.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

GOVERNO FEDERAL
CAIXA
 MINISTÉRIO DA FAZENDA
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3117/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3118/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 07/07/2023 até 07/08/2023, no primeiro leilão, e de 18/08/2023 até 22/08/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. MARILAINE BORGES DE PAULA, no endereço Av. Braz Oláia Acosta, 727 - 5º andar - Jd. Califórnia, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14026-040, Telefone 0800-355-8000 no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18h. Site www.confiancalleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 08/08/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 23/08/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.confiancalleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

GOVERNO FEDERAL
CAIXA
 MINISTÉRIO DA FAZENDA
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3101/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3102/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 03/07/2023 até 16/07/2023, no primeiro leilão, e de 27/07/2023 até 31/07/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. SIMONE WENNING, Rua Abraham Lincoln, nº 38, Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-131, Fones (47) 98836-3676 e 99163 2116, Atendimento de segunda a sexta das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:30h, site: www.maxterleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 17/07/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 01/08/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.maxterleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

GOVERNO FEDERAL
CAIXA
 MINISTÉRIO DA FAZENDA
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3113/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3114/0223 CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 03/07/2023 até 02/08/2023, no primeiro leilão, e de 11/08/2023 até 17/08/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. ANTONIO BRASIL II, no endereço Avenida das Palmeiras esquina com a Rua Vitória Régia, Quadra 05, Lote 06, Bairro Jardim dos Buritis, Aparecida de Goiânia/GO - CEP 74923-590, telefone (62) 3250-1500 / 3250-1502, Atendimento de segunda a sexta das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:30, site: www.leiloesbrasil.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 03/08/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 18/08/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.leiloesbrasil.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

REFORMA TRIBUTÁRIA

Mauro pede para adiar votação

Governador afirma que é preciso amadurecer o texto da reforma e sugere que votação seja remarcada para agosto, após o recesso parlamentar



Gilberto Leite

Mauro afirma que ainda há muitos pontos que precisam ser melhorados na reforma e cita possível tributação da cesta básica

Gabriel Soares | Rafael Machado

Insatisfeito com o texto atual da reforma tributária, o governador Mauro Mendes (União) tenta convencer do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a adiar a votação para depois do recesso parlamentar, entre agosto e setembro. Porém, Lira segue determinado em realizar a votação na quinta-feira, 6 de julho, e já colocou a matéria para discussão em plenário nesta quarta, 5.

Mauro argumenta que o texto oficial da reforma tributária só foi apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) há cerca de uma semana e ainda não teria sido debatido o suficiente. Ele ressalta que a reforma tributária é aguardada há mais de 35 anos e, por isso, não faz sentido tanta pressa para sua votação, ainda mais quando seus efeitos só terão início no ano de 2027.

“Na semana passada tava todo mundo de férias, uns

pulando São João lá no Nordeste, no Carnaval, alguns foram para Portugal. Ou seja, nada funcionou em Brasília na semana passada. E chegar nessa semana e querer votar rapidamente algo que vai impactar na vida de todos os brasileiros. Temos que fazer a reforma? Temos. Mas, com cuidado e responsabilidade, para não fazer algo que possa trazer graves consequências para os brasileiros”, disse o governador, em entrevista à Jovem Pan na noite de terça-feira, 3.

O governador se reuniu com o relator da reforma tributária na terça, para cobrar alguns ajustes no texto, e também tentou convencê-lo a adiar a votação. Porém, o relator não teria se comprometido com o adiamento, mas teria acatado outras sugestões.

“Eu acho que essa discussão precisa amadurecer um pouco mais para que nós votemos. Eu gostaria muito que a gente simplificasse, que votasse uma reforma mais madura. Não dá pra fazer agora, a con-

tragosto. É melhor que isso vá para agosto ou vá para setembro, para que haja um amadurecimento”, pontuou.

Entre as principais críticas de Mauro à reforma está o fim do incentivo fiscal para industrialização das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o que pode afastar as indústrias de Mato Grosso. Além disso, o governador apontou que o texto atual abre margem para tributação de produtos da cesta básica, além de um aumento na tributação sobre os produtores rurais.

“Tá muito claro lá que vai haver uma tributação na cesta básica. E não é justo que você tribute os mais pobres em detrimento daqueles que podem pagar um pouco mais. Então, existe uma tributação na cesta básica, vai haver um aumento na carga tributária pros mais pobres e pra classe média. Existe um privilégio muito grande pros exportadores, uma preocupação que possa haver um aumento na tributação para o agronegócio”, citou.

NEFASTO PARA MT

Júlio sugere coalizão contra texto da reforma

Gabriel Soares | Rafael Machado

Às vésperas da votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, somente uma mobilização total da bancada federal de Mato Grosso, ignorando ideologias partidárias, pode aliviar os impactos negativos para o Estado. A avaliação é do deputado estadual Júlio Campos (União), que já foi governador, senador, deputado federal e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT).

“Tanto é que o próprio prefeito Emanuel Pinheiro e o governador Mauro Mendes, pela primeira vez, se concordaram num assunto, que é a união em defesa de Mato Grosso e dos municípios contra essa malfadada reforma tributária”, disse Júlio, fazendo referência à histórica inimizade entre os dois gestores.

Em conversa com jornalistas nesta quarta-feira, 5

de julho, Campos afirmou que o texto atual da reforma tributária causará grandes prejuízos para Mato Grosso, principalmente devido à mudança na tribu-

tação da origem (onde os produtos são feitos) para o destino (onde são consumidos). Além disso, existe uma projeção de aumento na tributação do agronegócio, o

que levaria ao aumento dos custos de produção e, consequentemente, nos preços dos alimentos.

Júlio sugere que os mato-grossenses se unam

às bancadas de outros estados que também serão prejudicados pela reforma, para conseguir ter mais peso nas discussões na Câmara dos Deputados. Isso porque Mato Grosso tem pouca expressividade na Câmara, com apenas 8 parlamentares entre os 513, enquanto São Paulo tem 70, por exemplo. Porém, são justamente esses estados com mais representantes que vão se beneficiar da reforma.

“Do jeito que está sendo feito, vai beneficiar São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, o Sul do País e poucos estados do Centro-Sul, que vão ser grandes beneficiados, mas o resto serão prejudicados”, enfatizou Júlio.

Para contrapor a força política desses Estados, Júlio sugeriu que mato-grossenses com destaque no cenário político nacional também ajudem nas negociações, mesmo que não ocupem cargos eletivos. Ele cita como exemplo o ministro Gilmar Mendes,

do Supremo Tribunal Federal (STF), que é natural de Diamantino.

“O próprio ministro Gilmar Mendes, que é do Supremo Tribunal Federal, é uma autoridade que tem peso para cobrar do presidente da República, do ministro Fernando Haddad, uma melhor parcimônia com relação à distribuição desses recursos”, pontuou.

Outra expectativa é fazer alterações no projeto durante sua passagem pelo Senado, onde Mato Grosso tem ‘poder de fogo’ igual aos demais estados. Isso porque o número de senadores é fixo, 3 por estado, enquanto o número de deputados federais varia conforme a população.

A reforma tributária deve entrar na pauta de votação da Câmara para esta quinta-feira, 6 de julho. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já colocou o projeto para discussão nesta quarta, com objetivo de assegurar a votação em primeiro turno no dia seguinte.



Gilberto Leite

Júlio cita que até Emanuel e Mauro concordam que a reforma tributária será nefasta para o estado

APÓS O RECESSO

Conclusão do caso Edna pode ficar para agosto

Rafael Machado

A conclusão do processo ético contra a vereadora Edna Sampaio (PT) deve ficar para depois do fim do recesso parlamentar, em agosto. A informação é do presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000 (PL). Em entrevista à imprensa, Chico comentou que o recesso começará no dia 17 de julho e terminará no dia 31 do mesmo mês.

O presidente não soube explicar se a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar já concluiu a fase de oitivas e concedeu o prazo de quatro sessões ordinárias para que o advogado de Edna apresentem sua defesa por escrito.

“Olha, a Comissão de Ética, acho que concluiu as oitivas. Não sei se abriu prazo para novos argu-

mentos de defesa, mas eu acredito que dificilmente aprecie esse relatório ainda no meio de julho”, destacou.

PEDIDO DE AFASTAMENTO - Sobre o pedido de afastamento de Edna da Comissão de Direito das Mulheres, Chico 2000 explicou que a falta de quórum nas reuniões do Colégio de Líderes tem postergado a análise da medida.

A pauta vai ser incluída no próximo encontro de líderes partidários, que será realizado na segunda-feira, 10 de julho.

“Essa reunião está prevista para toda segunda-feira, momento esse em que se define a pauta da semana. Infelizmente, nesta segunda-feira não teve quórum. Nós montamos a pauta com as matérias que já tínhamos e que vêm de uma votação já,

mas queremos crer que na próxima segunda essa reunião do Colégio de Líderes acontecerá”, disse.

A DENÚNCIA - A vereadora é alvo de uma denúncia de possível prática de rachadinha com verba indenizatória de chefe de gabinete. O caso foi apresentado pelo site RD News, com prints de conversas em que a ex-chefe de gabinete Laura Abreu era cobrada para depositar o valor em contas bancárias da petista.

O episódio fez com que seus colegas de parlamento apresentassem pedido de abertura de comissão processante na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara para apurar suposta quebra de decoro.

DEFESA - A vereadora se defendeu das acusações dizendo que está sendo vítima de violência política e de gênero, per-

petrada por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações que não têm nenhum fundamento.

Edna explicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre

como estão sendo gastos os recursos das verbas indenizatórias, tanto as suas como as da chefe de gabinete.



Gilberto Leite

Presidente da Câmara afirma que dificilmente o relatório da Comissão de Ética será apreciado antes do recesso parlamentar

ERRO NO EDITAL

TCU anula concessão do Parque

Corte de Contas deu prazo de 15 dias para que o ICMBio corrija e republique o edital; Governo de MT poderá disputar a nova licitação

Rafael Machado

Por unanimidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o cancelamento do edital do processo licitatório de concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, que foi concedido para iniciativa privada. A decisão foi tomada durante sessão ordinária realizada pelo TCU nesta quarta-feira, 5 de julho. Os ministros da Corte acompanharam o voto do relator do processo, ministro Vital do Rêgo, que identificou erro no documento licitatório.

O Governo de Mato Grosso, através da MT Participações e Projetos (MT Par), apresentou uma representação alegando possíveis irregularidades ocorridas na concorrência

nº 1/2022, sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com valor estimado de R\$ 57.939.568,25.

A concorrência tinha por objeto a seleção de propostas mais vantajosas para concessão destinada à prestação de serviços públicos no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. A MT Par alegou que teria sido desclassificada indevidamente do certame, por não ter encaminhado a documentação prevista pelo edital referente ao seguro garantia da proposta dentro do prazo.

Ao proferir seu voto, o relator do processo alegou que o atraso na entrega da documentação não poderia ser tolerado, sob o risco de tumultuar o processo

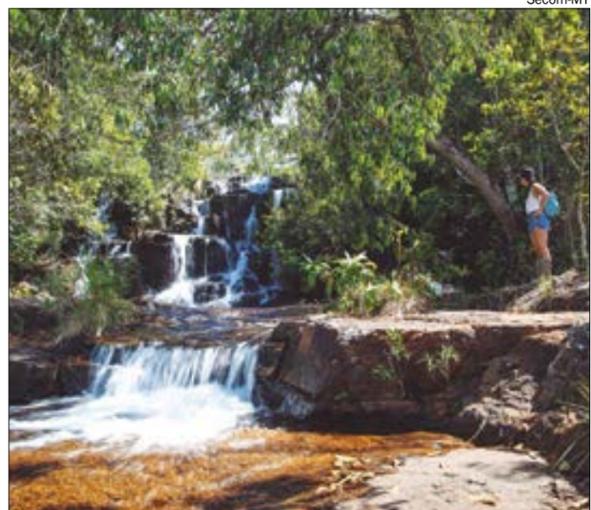
licitatório. No entanto, ele observou que um item do edital fugia do que estava previsto na Lei nº 8.666, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, sobre o percentual previsto de seguro garantia, o que pode ter levado o governo a ter dificuldades para obter o documento.

“A apresentação da apólice horas depois do encerramento da sessão não deve ser tolerada sob pena de tornar a licitação palco de desordem e subjetivismo com grave afronta a isonomia e a moralidade. Chama atenção outra seríssima constatação identificada no edital referente ao percentual fixado para

garantia de proposta, que possivelmente contribuiu para dificuldade de a representante obter o seguro dentro do prazo do edital. A regra editalícia constante no subitem 13.10 do edital reflete flagrante ilegalidade, pois estabeleceu o valor de 2,32 milhões de reais, correspondente a 4% do valor estimado do

contrato, enquanto a Lei 8.666 fixou em seu artigo 31 inciso 3 o percentual de 1%, ou seja, seria 579 mil reais”, observou.

Vital deu o prazo de 15 dias para o ICMBio corrigir o erro e republicar o edital de concessão. O governo de Mato Grosso poderá participar dessa nova licitação.



Ministro aponta que exigência adicional do ICMBio pode ter atrapalhado o governo na licitação

LEI PAULO GUSTAVO Prefeitos têm até dia 11 pedir recurso

Da redação

Com R\$ 66,47 milhões da Lei Paulo Gustavo disponíveis para Mato Grosso, o recebimento integral dos recursos depende agora de uma força tarefa para que os municípios consigam enviar os planos de ação dentro do prazo, que se encerra no dia 11 de julho. O último levantamento da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT), nesta semana, aponta que 61 municípios ainda precisam encaminhar o documento. Ao todo, estão disponíveis R\$ 34,96 milhões para a gestão do Estado e R\$ 31,51 milhões para os municípios.

unirmos forças para recebermos esse recurso, que é fundamental para o desenvolvimento da nossa cultura”, destaca o secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, Jefferson Carvalho Neves.

Jefferson ressalta que o envio dos planos de ação dentro do prazo é pré-requisito inegociável para que o Governo Federal analise os projetos e, depois de aprovados, repasse os valores. Os documentos deverão ser encaminhados via plataforma TransfereGov. Neles, Estado e municípios apresentam as ações que serão realizadas, como editais, chamamentos públicos, prêmios e outras.

Com uma meta de alcance de pelo menos 120 dos 141 municípios mato-grossenses, o esforço da Secel neste momento é orientar os gestores municipais de cultura sobre o uso da plataforma TransfereGov.

SERVIÇO - Para os municípios que desejam suporte técnico da Secel, além do atendimento presencial, a equipe está disponível por email (leipaulogustavo@secel.mt.gov.br) e telefone (65) 3613-0233/0245 e 98463-2066 (WhatsApp).

Uma reunião online será realizada nesta quarta-feira (05.07), às 18h30. Para participar, basta entrar em contato pelo email ou WhatsApp para receber o link de acesso ao Google Meet.

O Governo Federal também disponibiliza informações na internet, pela página gov.br/leipaulogustavo, onde há guias e cartilhas com orientações sobre a Lei, perguntas frequentes e canais de atendimento.

FAZENDA BOA VISTA S.A.										
CNPJ/MF nº 42.805.974/0001-92 - NIRE nº 51.300.019.612										
Demonstrações Financeiras em Milhares de Reais										
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA					
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 31/12/2021				
Circulante			Circulante			Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Contas a receber de clientes	313	-	Adiantamentos a clientes	145	-	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social				
Total do ativo circulante	313	-	Dividendos a pagar	47	-	198				
Não circulante			Títulos a pagar	48	-	Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:				
Propriedades para investimento	69.212	-	Tributos sobre lucro a recolher	1	-	Depreciação e amortização				
Imobilizado	172	-	Outros tributos a recolher	13	-	Juros e variações cambiais, líquidos				
Total do ativo não circulante	69.384	-	Total do passivo circulante	254	-	Variação nos ativos e passivos:				
Total do ativo	69.697	-				Contas a receber de clientes (313)				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					Não circulante					
31/12/2022 31/12/2021					Adiantamentos de clientes					
Receita líquida de arrendamento	312	-	Total do passivo não circulante	2.559	-	Tributos a recolher 14				
Custo das vendas	(45)	-	Total do passivo	2.813	-	Passivos relacionados a contratos com clientes (13)				
Lucro bruto	267	-				Títulos a pagar 48				
Recargas (despesas) operacionais	(50)	-	Patrimônio líquido					Caixa aplicado nas atividades operacionais		
Despesas gerais e administrativas	217	-	Capital social					Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Resultado financeiro	(19)	-	Reserva de capital					Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida		
Despesas financeiras	(19)	-	Lucros acumulados					Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	198	-	Total do patrimônio líquido					Caixa e equivalentes de caixa no final do período		
Imposto de renda e contribuição social	(1)	-	Total do passivo e do patrimônio líquido					69.697		
Corrente	(1)	-								
Lucro líquido do período	197	-								
Lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia	197	-								
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Reservas de lucros										
Lucros à disposição da assembleia										
Capital social	66.734	-	Reserva legal	10	-	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido		
Ações em tesouraria	-	-	Reserva de capital	-	-					
Reservas de capital	-	-								
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	Em 1º de janeiro de 2022	-	-	Em 1º de janeiro de 2022	-	Em 1º de janeiro de 2022	-	
Aporte de Capital	66.734	-	Em 31 de dezembro de 2022	10	140	Em 31 de dezembro de 2022	(140)	Em 31 de dezembro de 2022	66.884	
Lucro líquido do exercício	-	-								
Constituição de reserva legal	-	-								
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-								
Lucros à disposição da assembleia	-	-								
Em 31 de dezembro de 2022	66.734	-								
NOTAS EXPLICATIVAS										
1. Informações gerais e Contexto operacional: A Fazenda Boa Vista S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Nova Mutum, e tem por objeto social o arrendamento operacional de terras e imóveis. 1.2. Aporte de Capital: Em 30 de novembro de 2022, a sociedade recebeu um aporte de capital de seu acionista. Esse aporte consistiu na transferência de certos ativos e passivos, conforme detalhado abaixo:										
Ativo					Passivo					
Não circulante					Circulante					
Propriedades para investimento					Passivos relacionados a contratos com clientes					
Imobilizado					Total do passivo circulante					
Total do ativo não circulante					Total do passivo					
69.258					66.734					
69.432					66.734					
2. Base de preparação - Regras Gerais: As demonstrações financeiras foram preparadas na moeda funcional Real, sendo que as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. 2.1. Alterações de normas novas que estão em vigor - As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022 e a sua adoção não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: (a) Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir o custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. (b) Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. (c) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. (d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação do mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhado às exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. 2.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor - As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício social de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (a) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": De acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 Classification of liabilities as current or non- cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (exc. covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. (b) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (c) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (d) Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e										

revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras (despesas) e receitas, líquidas", na demonstração do resultado. 3.5. Adiantamento de Clientes - A sociedade é cessionária de contrato de arrendamento pelo qual foram recebidos do arrendatário adiantamentos em contrato com duração de 20 anos. A estimativa de finalização é em agosto de 2041. Os adiantamentos foram registrados quando de seu recebimento pelo valor presente estimado com base na taxa de juros média de captação da empresa arrendadora e foram cedidos à sociedade pelo valor corrente na data da cessão, sendo então atualizados pela mesma taxa de juros e deduzidos dos pagamentos anuais devidos pela arrendatária, de forma linear durante o prazo de duração dos contratos. 3.6. Dividendos a Pagar - Registra o saldo de dividendos mínimos obrigatórios ou outros saldos cujo pagamento tenha sido deliberado pela diretoria e/ou assembleia. 3.7. Títulos a Pagar - Refletem obrigações a pagar da sociedade junto a terceiros. 3.8. Tributos sobre o Lucro - Imposto de renda e contribuição social - e outros Tributos a Pagar - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda diferido é aquele incidente sobre adições ou exclusões temporárias e pode ter a natureza ativa (adições temporárias) ou passiva (exclusões temporárias). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados, e não há data de prescrição. Os outros tributos a pagar são calculados segundo a legislação em vigor. 3.9. Receita Operacional - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e arrendamentos no curso normal das atividades da sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A sociedade reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A receita de arrendamento é proveniente de arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Companhia e suas controladas não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel. A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação de uma quantidade fixa de áreas de soja de 60 quilos por hectare arrendado, a depender se área útil ou não, valorizada pela cotação de mercado da commodity para os meses de janeiro, fevereiro e março do ano-safra. Líquida dos tributos sobre venda, a serem obtidas com potenciais compradores, já definido entre as partes. 3.10. Receita e Despesas Financeiras - As receitas e despesas financeiras da sociedade compreendem: Receitas e despesas de juros; e Atualização monetária. As receitas financeiras, despesas financeiras e atualização monetária são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros e atualização.

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes em moeda nacional	313	-
	313	-

As contas a receber em 31 de dezembro de 2022, referem-se, substancialmente, à receita de arrendamento de um mês do ano-safra 2022/2023 com previsão de recebimento em 30 de abril de 2023, conforme contrato. 5. Propriedade para investimento: As propriedades para investimento têm a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis - escritório em Nova Mutum (i)	9.288	-
Propriedades agrícolas (ii)	59.924	-
	69.212	-

(i) Prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum - MT, o qual não é utilizado em sua operação e é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Essa propriedade é mantida pela Fazenda Boa Vista com o objetivo de auferir renda mediante aluguel a terceiros. (ii) As propriedades agrícolas referem-se às terras para exploração conforme contratos de arrendamento. A movimentação das propriedades para investimento no exercício é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro		
Adições por aporte de capital	69.258	-
(-) Depreciação	(46)	-
Saldo final	69.212	-

	31/12/2022	31/12/2021
Adições		
Baixas		
Aporte de capital		
31/12/2022	31/12/2022	
Adições	(1)	(1)
Baixas	(1)	(1)
Aporte de capital	(2)	(2)
31/12/2021	31/12/2021	
Adições		
Baixas		
Aporte de capital		
31/12/2022	31/12/2022	
Adições	2	2
Baixas	136	135
Aporte de capital	36	35
31/12/2021	31/12/2021	
Adições		
Baixas		
Aporte de capital		
31/12/2022	31/12/2022	
Adições	174	172

receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas. A composição da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta de arrendamento operacional	325	-
Deduções da receita com arrendamento	-	-
Impostos sobre vendas	(13)	-
Receita líquida	312	-

10. Custos e despesas por natureza: Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(45)	-
Depreciação	(48)	-
Outras despesas	(2)	-
	(95)	-

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos produtos vendidos	(45)	-
Despesas gerais e administrativas	(50)	-
	(95)	-

11. Resultado financeiro: O montante de R\$ 19 é referente aos juros sobre adiantamento de clientes, de acordo com a nota explicativa 7.

FAZENDA IPORANGA S.A.									
CNPJ/MF nº 39.805.573/0001-28 - NIRE nº 51.300.019.698									
Demonstrações Financeiras em Milhares de Reais									
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			
Circulante			Circulante			31/12/2021			
Contas a receber de clientes	2.964	-	Adiantamentos de clientes	1.496	-	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Total do ativo circulante	2.964	-	Dividendos a pagar	624	-	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social			
Não circulante			Títulos a pagar	78	-	2.638			
Propriedades para investimento	199.605	-	Tributos sobre o lucro a recolher	13	-	Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Imobilizado	45.887	-	Outros tributos a recolher	113	-	Depreciação e amortização			
Total do ativo não circulante	245.492	-	Total do passivo circulante	2.324	-	65			
Total do ativo	248.456	-	Total do passivo	2.324	-	193			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
	31/12/2022	31/12/2021	Não circulante			31/12/2022			
Receita líquida de arrendamento	2.976	-	Adiantamentos de clientes	26.432	-	Receitas de caixa			
Custo das vendas	(95)	-	Total do passivo não circulante	26.432	-	2.976			
Lucro bruto	2.881	-	Total do passivo	28.756	-	113			
Receitas (despesas) operacionais			Patrimônio líquido			Passivos relacionados a contratos com clientes			
Despesas gerais e administrativas	(50)	-	Capital social	217.699	-	(123)			
Lucro operacional	2.831	-	Reserva de capital	131	-	78			
Resultado financeiro			Lucros acumulados	1.870	-	Caixa aplicado nas atividades operacionais			
Despesas financeiras	(193)	-	Total do patrimônio líquido	219.700	-	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.638	-				Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida			
Imposto de renda e contribuição social	(13)	-				Caixa e equivalentes de caixa no início do período			
Lucro líquido do período	2.625	-				Caixa e equivalentes de caixa no final do período			
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	2.625	-	Total do ativo e do patrimônio líquido	248.456	-	-			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva legal	Lucros à disposição da assembleia	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
Em 1º de janeiro de 2022									
Aporte de Capital	217.699	-	-	-	-	-	-	217.699	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.625	2.625	
Constituição de reserva legal	-	-	-	131	-	-	(131)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(624)	(624)	
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	-	1.870	-	(1.870)	-	
Em 31 de dezembro de 2022	217.699	-	131	1.870	-	-	-	219.700	
NOTAS EXPLICATIVAS									
1. Informações gerais e Contexto operacional: A Fazenda Iporanga S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Tabaporá, e tem por objeto social o arrendamento operacional de terras agricultáveis e manejo florestal. 1.2. Aporte de Capital: Em 30 de novembro de 2022, a sociedade recebeu um aporte de capital de seu acionista. Esse aporte consistiu na transferência de certos ativos e passivos, conforme detalhado abaixo:									
Ativo									
Propriedades para investimento	199.670		Passivo						
Imobilizado	45.887		Circulante						
Total do ativo não circulante	245.557		Passivos relacionados a contratos com clientes	(1.486)					
			Total do passivo circulante	(1.486)					
Total do ativo	245.557		Não circulante						
			Passivos relacionados a contratos com clientes	(26.373)					
			Total do passivo não circulante	(26.373)					
			Total do passivo	(27.859)					
			Acervo Líquido Integralizado	217.699					
2. Base de preparação – Regras Gerais: As demonstrações financeiras foram preparadas na moeda funcional Real, sendo que as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. 2.1. Alterações de normas novas que estão em vigor: As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022 e a sua adoção não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: (a) Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado", em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando indicado de outra forma. (b) Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo do cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de desempenho desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. (c) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios", emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. (d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020, em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. 2.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício social de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (a) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": De acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. (b) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - "Divulgação de políticas contábeis": Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (c) Alteração ao IAS 8 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro": a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (d) Alteração ao IAS 12 - "Tributos sobre o Lucro": a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e									
restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. 3. Base de Preparação – Saldos Contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. 3.2. Contas a Receber de Clientes: A sociedade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras. Para os saldos de títulos a receber, o tratamento é semelhante ao dos montantes a receber de clientes, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo. 3.3. Propriedades para Investimento: As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com contratos de arrendamento. As propriedades para investimento estão mensuradas ao custo histórico dos ativos adquiridos ou integralizados nas controladas. A mensuração das propriedades para investimento da Companhia e de suas controladas inclui o montante do custo atribuído às referidas propriedades. As receitas geradas encontram-se reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado. A depreciação, quando aplicável, é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício. 3.4. Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado da sociedade estão demonstrados ao custo de aquisição considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terras e edificações na data de transição para CPCs/IFRS, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (impairment). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e de suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, exceto para terras que não são									
6. Imobilizado					31/12/2022				
(+) Custo					Adições	Baixas	Aporte de capital	31/12/2022	
Terras para exploração (i)					-	-	45.830	45.830	
Edificações e instalações					-	-	49	49	
Máquinas e equipamentos					-	-	2	2	
Móveis e utensílios					-	-	6	6	
Total					-	-	45.887	45.887	
(-) Depreciação					Adições	Baixas	Aporte de capital	31/12/2022	
Edificações e instalações					(1)	-	-	(1)	
Máquinas e equipamentos					-	-	-	-	
Móveis e utensílios					-	-	-	-	
Total					(1)	-	-	(1)	
(=) Saldo residual, líquidos					Adições	Baixas	Aporte de capital	31/12/2022	
Terras para exploração (i)					-	-	45.830	45.830	
Edificações e instalações					(1)	-	49	48	
Máquinas e equipamentos					-	-	2	2	
Móveis e utensílios					-	-	6	6	
Total					(1)	-	45.887	45.886	
7. Adiantamento a clientes									
	31/12/2022	31/12/2021							
Saldo inicial	-	-	Saldo inicial	-	-				
Adiantamento incorporado	27.859	-	Adiantamento incorporado	-	-				
Apropriação de juros	193	-	Apropriação de juros	-	-				
Compensação com recebíveis	(124)	-	Compensação com recebíveis	-	-				
Saldo final	27.928	-	Saldo final	-	-				
Circulante	(1.496)	-	Circulante	-	-				
Não Circulante	26.432	-	Não Circulante	-	-				
8. Patrimônio Líquido: 8.1. Capital Social: A Companhia foi constituída em 2020, com capital social subscrito de R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais), representado por 1.500 (mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 150 (cento e cinquenta reais) já integralizados. Em novembro de 2022 o capital social foi incrementado de R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) para R\$ 217.699 (duzentos e dezessete mil e seiscentos e noventa e nove reais) sendo que a sociedade recebeu, do acionista, propriedades para investimento e imobilizado que, líquidos do valor de Adiantamento de Clientes, resultaram no valor do capital subscrito integralmente integralizado. 8.2. Reservas de lucros: 5% (cinco por cento) dos lucros da sociedade são destinados à reserva legal nos limites e termos previstos pela legislação societária. A sociedade distribui anualmente os dividendos obrigatórios no montante de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo residual de lucros do exercício após a destinação da reserva legal. O saldo residual de lucros é informado aos acionistas em Assembleia para deliberação acerca da eventual distribuição. 9. Receita Líquida: A receita líquida compreende as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas. A composição da receita líquida no									
exercício findo em 31 de dezembro é como segue:					31/12/2022	31/12/2021			
Receita Bruta de arrendamento									
operacional					3.089	-			
Deduções da receita com arrendamento					-	-			
Impostos sobre vendas					(113)	-			
Receita líquida					2.976	-			
10. Custos e despesas por natureza: Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:									
	31/12/2022	31/12/2021							
Serviços de terceiros	(45)	-	Serviços de terceiros	(45)	-				
Depreciação	(66)	-	Depreciação	(66)	-				
Imposto sobre a propriedade territorial rural	(30)	-	Imposto sobre a propriedade territorial rural	(30)	-				
Outras despesas	(5)	-	Outras despesas	(5)	-				
	(146)	-		(146)	-				
Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:									
	31/12/2022	31/12/2021							
Custos dos produtos vendidos	(95)	-	Custos dos produtos vendidos	(95)	-				
Despesas gerais e administrativas	(51)	-	Despesas gerais e administrativas	(51)	-				
	(146)	-		(146)	-				
11. Resultado financeiro: O montante de R\$ 193 é referente aos juros sobre adiantamento de clientes, de acordo com a nota explicativa 7.									

Cesar Henrique Gallo do Prado - Diretor

Nayra Ariane Bruce - Contadora - CRC SP-29743/O-7

POLÍCIA

CRIME É INVESTIGADO

Corpo de jovem desaparecido é encontrado em decomposição

Joãozinho Carlos

O corpo do jovem Francisco Wesley Fernandes da Costa, de 22 anos, foi encontrado na manhã da última segunda-feira, de 3 julho, já em bastante estado de decomposição. O cadáver apresentava uma marca de disparo de fogo na região da cabeça e foi encontrado às margens da MT-437, próximo a Confresa (1.049 km de

Cuiabá). Francisco estava desaparecido há 15 dias.

O jovem era do Maranhão e estava em Mato Grosso trabalhando em uma fazenda. Por enquanto, não há suspeitos pelo crime.

O corpo de Francisco foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML), para exames de necropsia e, em seguida, ser trasladado ao Maranhão, onde a família mora.

*Estagiário sob a supervisão do editor Tarley Carvalho

ABSURDO

Idosa morre por negligência e laudo desaparece em Cuiabá

Igor Guilherme

A idosa Jovalina Rosária Pinto Amorim, de 76 anos, morreu a caminho do Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) e seu corpo ficou travado dentro do Hospital, não sendo liberado para que a família pudesse velá-lo. O caso foi registrado no último domingo (2), em Cuiabá. Jovalina teria morrido em decorrência de complicações de uma cirurgia feita no próprio HMC e o corpo só foi liberado após a Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) intervir.

Conforme informado por familiares ao Estadão Mato Grosso, Jovalina havia passado por uma operação no pulso no dia 27 de junho e passou mal em sua chácara no dia em que faleceu. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) buscou a idosa ainda com vida na chácara para levá-la ao hospital.

Contudo, Jovalina teria morrido ainda a caminho do hospital. O profissional da saúde que atendeu a idosa declarou que sua morte foi causada por negligência médica, cujo laudo teria desaparecido.

Ainda segundo a família, como a idosa morreu a caminho do hospital, o trajeto

SEM SUSPEITOS

Jovem é brutalmente assassinado com quatro tiros na cabeça em MT

Daniel Guimarães

Odair Pinto da Ressurreição, de 23 anos, foi assassinado em Nobres, interior de Mato Grosso, na manhã de quarta-feira, 5 de julho, no bairro Jardim Petrópolis. Dois bandidos entraram em sua residência e efetuaram quatro disparos, acertando a cabeça da vítima. Conforme informações policiais, o jovem tinha antecedentes criminais por tráfico de drogas, o que pode ter influenciado no crime.

Segundo o delegado da Polícia Civil de Nobres, Ro-

gério Gomes, os criminosos entraram na residência de Odair usando capacetes e efetuaram os disparos. O jovem estava sendo monitorado pelos policiais, pois teria recentemente alcançado uma posição mais alta em uma facção criminosa.

Para o delegado, o fato pode estar relacionado à morte. No entanto, nenhum suspeito foi preso até o momento.

O local foi isolado para a remoção do corpo e os criminosos estão foragidos. A Polícia Civil está investigando o caso.

SUSTO NO TRÂNSITO

Motorista de carreta fica ferido em acidente na 163

Daniel Guimarães

Duas carretas de carga, uma de milho e a outra de cimento, se envolveram em um acidente na BR-163, em Nova Mutum. Um motorista ficou ferido e o outro saiu ileso. A ocorrência foi registrada na noite da última segunda-feira, 3 de julho.

Segundo o boletim de ocorrência, após o acidente, o condutor ferido foi encaminhado ao Hospital

Hilda Stranger Ribeiro, em Nova Mutum. O motorista dirigia uma Scania 320 vermelha. Já o homem que saiu ileso dirigia uma Volvo 460 branca.

O impacto do acidente resultou no derramamento parcial das cargas das carretas. A Scania derramou cerca de mil quilos, enquanto a Volvo perdeu aproximadamente 300 quilos.

A Nova Rota do Oeste esteve no local e fez a limpeza da rodovia.

PROTEJA SUA FAMÍLIA COM MENOS DE R\$1,50 POR DIA!

Com a BR5 Saúde você e sua família tem acesso a 5 grandes benefícios

- 1 Convênio com Médicos
- 2 Convênio com Dentistas
- 3 Convênio com Farmácias
- 4 Seguro de Vida
- 5 Seguro Funeral

22 Anos de experiência em Saúde e Proteção Familiar

Sede Própria atendendo com total conforto e segurança a cerca de 325.328 Clientes e suas famílias sob nossa proteção

Atendimento Nacional com filiais em pontos estratégicos e uma única Rede Própria e Parceira

Faça já seu plano BR5

65 996

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL
A SINFRA - Secretária de Estado de Infraestrutura e Logística torna público que requereu junto à SEMA-MT a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), referente a **Obra de Arte Especial – Ponte de Concreto sobre o Rio Piraim, na Rodovia MT-050 trecho: Pirizal – Rio Cuiabá – Joselândia, com dimensões de 71,90 m x 5,00 m, localizada nos municípios de Nossa Senhora do Livramento/MT e Barão do Melgaço/MT.**
Marcelo de Oliveira e Silva
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2023
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 19.752/2023; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 30/06/2023, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 018/2023, que teve como vencedora as empresas: FELIPE DE OLIVEIRA SILVA 06126945182 CNPJ: 47.694.243/0001-30; HELIO P. DA SILVA - ME CNPJ: 08.825.526/0001-12; GEOVANY SOUZA DE OLIVEIRA FREITAS 09330556680 CNPJ: 40.549.898/0001-76.
Barra do Garças /MT, 04 de julho de 2023.
Danilson Pereira Brito
Pregoeiro

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL
A SINFRA - Secretária de Estado de Infraestrutura e Logística torna público que requereu junto à SEMA-MT a renovação da Licença de Instalação nº 67955/2017 sob Processo Ambiental nº 564303/2017, referente as obras de **pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais na rodovia estadual MT-339, Trecho: Entr. 251/364 - Entr. BR-174; Sub trecho: Entr. MT-358 - Entr. MT-170 (Panorama), com extensão de 121,954 km, (Tangará da Serra - MT).**
Marcelo de Oliveira e Silva
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASÍLIA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASÍLIA – MT. FONECEDORA REGISTRADA: EVOK IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. CNPJ nº 44.116.889/0001-42. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, CAMARAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASÍLIA/MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL. VALOR TOTAL R\$ 15.199,84 (Quinze Mil, Cento e Noventa e Nove Reais e Cento e Oitenta e Quatro Centavos). ASSINATURA: 23 de junho de 2023. VIGÊNCIA: 23 de junho de 2023 até 23 de junho de 2024. FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002.
Mauriza Augusta de Oliveira
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023
PROCESSO Nº 102/2023
(Regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei Municipal 1.953/2021; lei nº 9.784/99, pelo Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, alterações posteriores e demais legislações aplicáveis). Tipo: "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA UTILIZADOS NA LAVANDERIA HOSPITALAR, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRIMAVERA DO LESTE. Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. Modo de Disputa: ABERTO. SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES. Dia: 19 de julho de 2023. Hora: 08:30 horas (Horário de Brasília – DF). Site: www.licitanet.com.br. Local: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala de Licitações). LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL. Dias: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente). Horários: Das 07:00 às 13:00 – Horário local. LOCAL: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala do Setor de Licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET. Retire o Edital acessando a página http://www.primavera.do.este.mt.gov.br, local "CIDADÃO – Editais e Licitações". Primavera do Leste, 05 de julho de 2023.
Maria Aparecida Montes Canabrava
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 002/2023 O Pregoeiro oficial e a Equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT tornam público, com referência a republicação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 002/2023 – SRP, em virtude da necessidade de adequação do Termo de Referência com início do recebimento das propostas previsto para o dia 06 de julho de 2023, às 08h30min (horário de Brasília/DF) e sessão no dia 19 de julho de 2023, a partir das 08h30 (horário de Brasília/DF), cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TORIXORÉU-MT. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site: www.torixoreu.mt.gov.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: juridico@torixoreu.mt.gov.br. Maiores informações: telefone (66) 3406-1021 das 07h00min às 13h00min (horário de Brasília/DF). Torixoréu - MT, 05 de julho de 2023. SILVA MENDONÇA DE CARVALHO PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2023 Processo Licitatório: nº 074/2023 – Pregão Eletrônico nº 22/2023 Assinada em 05/07/2023 Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos CNPJ: 15.024.029/0001-80 Objeto: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FEIRA DO PRODUTOR E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - CONVÊNIO 1802-2022", ARP 22.A Fornecedor: ANGRAN LTDA CNPJ: 15.153.524/0001-90; Valor de R\$ 3.834,50 (três mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos); ARP 22.B Fornecedor: REDNOV FERRAMENTAS LTDA. CNPJ: 45.769.285/0001-68; Valor de R\$ 4.496,50 (quatro mil quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos); Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 05 de julho de 2023. A INTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br RESULTADO DE LICITAÇÃO O Município de São José dos Quatro Marcos-MT, através de seu Pregoeiro Substituto, torna público aos interessados o resultado do Processo de Licitação 074/2023 na Modalidade Pregão Eletrônico 22/2023. OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FEIRA DO PRODUTOR E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - CONVÊNIO 1802-2022" Sendo as empresas vencedoras: ANGRAN LTDA - CNPJ: 15.153.524/0001-90; Valor de R\$ 3.834,50 (três mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos); REDNOV FERRAMENTAS LTDA - CNPJ: 45.769.285/0001-68; Valor de R\$ 4.496,50 (quatro mil quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos); TOTAL GERAL DO PROCESSO: R\$ 830.900,00 (oitocentos e trinta mil e novecentos reais), Homologado em 05/07/2023. JAMES SILVA BOLANDIN - Prefeito. Jefferson Pereira Oliveira (Portaria 304/2021) – Pregoeiro Substituto. PMS/JOM, 05/07/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL C/ SRP Nº 036/2023
O Município de Sapezal, através da Presidente da Comissão de Contratação a Srª. Maraiza Bento da Silva, no uso de suas atribuições nomeada através de portaria de nº 326/2023, do dia 14 de abril de 2023, torna público o Resultado do PREGÃO PRESENCIAL C/ SRP Nº 036/2023, em conformidade com Art. 7º inciso IV da Lei 14.133/2021.
A empresa LEANDRO PEREIRA LUNA EPP, devidamente inscrito no CNPJ: 35.072.809/0001-03, com valor global da proposta final para os itens cotados de R\$ 1.213.750,50 (Um Milhão e Duzentos e Treze Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais e Cinquenta Centavos).
Por fim, nesta publicação, a Autoridade Competente torna público a HOMOLOGAÇÃO deste mesmo procedimento licitatório - cujo objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TAPEÇARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E CONFECÇÃO DE TOLDO, para atender as Secretarias do Município de Sapezal-MT, conforme especificações do Anexo I do Edital. Salientamos que a sessão é gravada em áudio e vídeo do qual far-se-á constar cópia no processo.
Maraiza Bento da Silva
Presidente da Comissão de Contratação
Claudio José Scariote
Vice-Prefeito Municipal, no exercício do cargo de Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
PROCESSO Nº 127/2023 - ADESAO Nº 21/2023
TERMO DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DE DADOS DO E-SUS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE PAINEL DE GERENCIAMENTO DOS INDICADORES DO PROGRAMA PREVINE BRASIL, COMO TAMBÉM TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA UTILIZAÇÃO DESSAS FERRAMENTAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 010/2023. BASE LEGAL: Art. 22, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMAQUINO – MT. CNPJ: 03.347.119/0001-23. EMPRESA CONTRATADA: CGS CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA. CNPJ: 40.303.199/0001-41. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte 1500 – 07.001.10.301.0107.2052.339039-213VALOR DO CONTRATO: R\$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais). Barra do Garças, 05 de julho de 2023.
Adilson Gonçalves de Macedo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023
PROCESSO Nº 450/2023
(Regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei Municipal 1.953/2021; lei nº 9.784/99, pelo Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, alterações posteriores e demais legislações aplicáveis). Tipo: "MENOR PREÇO POR ITEM". Regime de Execução: INDIRETA - PREÇO UNITÁRIO. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS E PERSIANAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PRIMAVERA DO LESTE. MODO DE DISPUTA: ABERTO. SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES. Dia: 18 de julho de 2023. Hora: 08:30 horas (Horário de Brasília – DF). Site: www.licitanet.com.br. Local: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala de Licitações). LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL. Dias: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente). Horários: Das 07:00 às 13:00 – Horário local. LOCAL: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala do Setor de Licitações). Primavera do Leste, 04 de julho de 2023.
Regiane Cristina da Silva do Carmo
Pregoeira

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - CGE/MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO
O Presidente do PAR nº 394801/2019, instaurado pela Portaria nº 190/2019/CGE-COR, publicada no DOE/MT, de 20/08/2019, vem, INTIMAR, a empresa: COLONIZADORA BOI GORDO LTDA, CNPJ nº 03.333.385/0001-05, por meio de seus representantes legais, para comparecer à AUDIÊNCIA designada para o dia 31/07/2023, a ser realizada por VÍDEOCONFERÊNCIA, por meio da ferramenta Google Meet, com acesso por meio de link que deve ser obtido, por medida de segurança, em contato com a Comissão Processante na CGE/MT, acerca da oitiva de testemunha referente ao processo supracitado. Cuiabá, 04 de julho de 2023.
Sérgio Corrêa de Carvalho
Presidente - PAR 394801/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL C/ SRP Nº 036/2023
O Município de Sapezal, através da Presidente da Comissão de Contratação a Srª. Maraiza Bento da Silva, no uso de suas atribuições nomeada através de portaria de nº 326/2023, do dia 14 de abril de 2023, torna público o Resultado do PREGÃO PRESENCIAL C/ SRP Nº 036/2023, em conformidade com Art. 7º inciso IV da Lei 14.133/2021.
A empresa LEANDRO PEREIRA LUNA EPP, devidamente inscrito no CNPJ: 35.072.809/0001-03, com valor global da proposta final para os itens cotados de R\$ 1.213.750,50 (Um Milhão e Duzentos e Treze Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais e Cinquenta Centavos).
Por fim, nesta publicação, a Autoridade Competente torna público a HOMOLOGAÇÃO deste mesmo procedimento licitatório - cujo objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TAPEÇARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E CONFECÇÃO DE TOLDO, para atender as Secretarias do Município de Sapezal-MT, conforme especificações do Anexo I do Edital. Salientamos que a sessão é gravada em áudio e vídeo do qual far-se-á constar cópia no processo.
Maraiza Bento da Silva
Presidente da Comissão de Contratação
Claudio José Scariote
Vice-Prefeito Municipal, no exercício do cargo de Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
EXTRATO DE ADESAO Nº 008/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 538/2022 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
O Município de Lucas do Rio Verde-MT, vem tomar pública a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 538/2022 do Pregão Presencial nº 082/2022 da Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, que trata – se do "Processo Licitatório para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção, construção e reparo de pontes, bueiros, passarelas e outros, para atender as necessidades e demandas da Secretaria de Infraestrutura e Obras do município de Lucas do Rio Verde - MT", no valor total de R\$ 1.281.160,00 (Um milhão duzentos e oitenta e um mil e cento e sessenta reais), da empresa D. W. CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ: 09.572.621/0001-14. O pagamento será efetuado com recursos próprios. A integra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde-MT. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 15.200 de 17 de julho de 2022 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 com alterações da Lei 8883/94 e ainda pelo Decreto Nº 3.931 de 19/09/2001).
Lucas do Rio Verde-MT, 05 de julho de 2023.
Miguel Vaz Ribeiro
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
EXTRATO DE ADESAO Nº 008/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 538/2022 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
O Município de Lucas do Rio Verde-MT, vem tomar pública a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 538/2022 do Pregão Presencial nº 082/2022 da Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, que trata – se do "Processo Licitatório para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção, construção e reparo de pontes, bueiros, passarelas e outros, para atender as necessidades e demandas da Secretaria de Infraestrutura e Obras do município de Lucas do Rio Verde - MT", no valor total de R\$ 1.281.160,00 (Um milhão duzentos e oitenta e um mil e cento e sessenta reais), da empresa D. W. CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ: 09.572.621/0001-14. O pagamento será efetuado com recursos próprios. A integra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde-MT. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 15.200 de 17 de julho de 2022 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 com alterações da Lei 8883/94 e ainda pelo Decreto Nº 3.931 de 19/09/2001).
Lucas do Rio Verde-MT, 05 de julho de 2023.
Miguel Vaz Ribeiro
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2023
PROCESSO Nº 729/2023
(Regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei Municipal nº 1.953/2021, Decreto 7.892/2013, Decreto 10.024/19 e subsidiariamente, pelas Leis nº 8.666/93, Nº 9.784/99, LC 123/06 e suas alterações e demais legislações complementares). Tipo: "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL E CÂMERAS DE MONITORAMENTO VISANDO MELHORAR SEGURANÇA DE SERVIDORES E PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE GOVERNO DE PRIMAVERA DO LESTE. SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DE PRIMAVERA DO LESTE – MT. Modo de Disputa: ABERTO. Regime de Execução: INDIRETA MENOR PREÇO UNITÁRIO. SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES. Dia: 19 de julho de 2023. Hora: 10:00 horas (Horário de Brasília – DF). Site: www.licitanet.com.br. Local: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala de Licitações). LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL. Dias: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente). Horários: Das 07:00 às 13:00 – Horário local. LOCAL: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala de Licitações). LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL. Dias: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente). Horários: Das 07:00 às 13:00 – Horário local. LOCAL: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala de Licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET. Retire o Edital acessando a página http://www.primavera.do.este.mt.gov.br, local "CIDADÃO – Editais e Licitações". Primavera do Leste, 05 de julho de 2023.
Maria Aparecida Montes Canabrava
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023.
O Município de Rondonópolis-MT, através do Pregoeiro, torna público que reabrirá o prazo para licitação em epígrafe objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de emulsão asfáltica para serviço de imprimação, em atendimento a demanda da Secretaria de Infraestrutura do Município de Rondonópolis – MT, conforme edital em seus anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico bilcompras.com, onde as propostas serão recebidas e processadas por meio eletrônico. Bem como, no site www.rondonopolis.mt.gov.br menu: Empresa opção: Licitações, e na Prefeitura, Departamento de Compras, Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, das 12h00 às 18h00, telefone para contato (66) 3411-5739. Nova data para Abertura das Propostas: 18/07/2023 às 09h00 (horário de Brasília) em sessão pública nos termos do Edital e seus anexos.
Rondonópolis-MT, 05 de julho de 2023
José Edison Gonçalves
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL C/ SRP Nº 036/2023
O Município de Sapezal, através da Presidente da Comissão de Contratação a Srª. Maraiza Bento da Silva, no uso de suas atribuições nomeada através de portaria de nº 326/2023, do dia 14 de abril de 2023, torna público o Resultado do PREGÃO PRESENCIAL C/ SRP Nº 036/2023, em conformidade com Art. 7º inciso IV da Lei 14.133/2021.
A empresa LEANDRO PEREIRA LUNA EPP, devidamente inscrito no CNPJ: 35.072.809/0001-03, com valor global da proposta final para os itens cotados de R\$ 1.213.750,50 (Um Milhão e Duzentos e Treze Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais e Cinquenta Centavos).
Por fim, nesta publicação, a Autoridade Competente torna público a HOMOLOGAÇÃO deste mesmo procedimento licitatório - cujo objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TAPEÇARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E CONFECÇÃO DE TOLDO, para atender as Secretarias do Município de Sapezal-MT, conforme especificações do Anexo I do Edital. Salientamos que a sessão é gravada em áudio e vídeo do qual far-se-á constar cópia no processo.
Maraiza Bento da Silva
Presidente da Comissão de Contratação
Claudio José Scariote
Vice-Prefeito Municipal, no exercício do cargo de Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2023 TIPO DESTA LICITAÇÃO: “MENOR PREÇO”
A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a concorrência pública em epígrafe às 09:00 horas do dia 07 de agosto de 2023, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:
“Execução de duplicação da avenida Bandeirantes, no Bairro Jardim das Flores, neste município, conforme projeto básico/executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico/executivo encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital”. Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de cd-rom ou pen-drive, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através dos e-mails licitacaorondonopolis@hotmail.com e licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.
Rondonópolis-MT, 05 de julho de 2023
Paula Cristiane Moraes Pereira
Presidente da Comissão de Licitação

FÁTIMA APARECIDA BORSATO, CPF: 191.335.532-20, proprietária do empreendimento SÍTIO FLOR DE MAIO, torna público que requereu junto a SEMA-MT, a obtenção da Licença Florestal-LF da propriedade, para atividade de PM-FS-Plano de Manejo Florestal Sustentável, no município de Aripuanã-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2023
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023
A Prefeitura Municipal de Nova Brasília – MT, com sede à Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, nº 993, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.023.963/0001-88, através da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela portaria nº. 017/2023 de 06 de janeiro de 2023, torna público que se encontra aberto a partir do dia 05 de julho de 2023, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94, e alterações posteriores, Lei Complementar federal 123/2006 alterada pela Lei 147, de 07/08/2014, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DA OBRA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº. TIC/PAÇ – 0324/07 – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE FUNASA, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo. DATA DA ABERTURA: Dia 24 de julho das 2023 às 08:00 Horas (Horário de Mato Grosso). CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasília/MT, e-mail: licitacaonovabrasilia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilia.mt.gov.br, para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277. Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasília – MT, que satisfaçam as condições para cadastramento no ato 3º (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.
Nova Brasília – MT, 05 de julho de 2023.
Júlio Cesar Bonfim Lopes
Presidente CPL - Portaria Nº 017/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
“AVISO DE REVOGAÇÃO”
“TOMADA DE PREÇO Nº 79/2022”
Objeto: “Reparo de ponte de madeira com 36,00 m de extensão e 4,50 m de largura, localizando no Córrego Lageadinho, rua 07, Jardim das Flores, coordenadas: 16°25'41,22”S/54°25'22”O, neste município, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital”. O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna público, nos termos do Artigo 49 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores, para conhecimento dos interessados, que a tomada de preço em epígrafe foi Revogada, conforme ofício nº 1479/2023/Adm/Sinfra. Publique-se, no Diário de Contas (TCE), Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (AMM), Diário Município de Rondonópolis e jornal de circulação estadual e regional “Estadão”, para ciência dos interessados observadas as prescrições legais pertinentes.
Rondonópolis-MT, 03 de julho de 2022
José Carlos Junqueira de Araújo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2023 TIPO DESTA LICITAÇÃO: “MENOR PREÇO”
A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a concorrência pública em epígrafe às 09:00 horas do dia 07 de agosto de 2023, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:
“Execução de duplicação da avenida Bandeirantes, no Bairro Jardim das Flores, neste município, conforme projeto básico/executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico/executivo encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital”. Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de cd-rom ou pen-drive, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através dos e-mails licitacaorondonopolis@hotmail.com e licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.
Rondonópolis-MT, 05 de julho de 2023
Paula Cristiane Moraes Pereira
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
“RESULTADO DO SORTEIO DA ORDEM DOS LEILOEIROS CREDENCIADOS
MODALIDADE: “CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023”
A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade Credenciamento nº 01/2023, tendo como objeto: credenciamento de leiloeiros para a prestação dos serviços de alienação de bens móveis de propriedade do município de Rondonópolis - MT, por período de 12 (doze) meses, recebidos a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pela constituição federal de 1988; lei federal nº 8.666/93, e suas alterações; pela lei nº 8.934/94; pelos decretos federais nº 21.981/32 e 1.800/96; pela instrução normativa nº 113 de 28 de abril de 2010 expedida pelo departamento nacional de registro do comércio (dnrc) e instrução normativa spa 05/2022; e no que couber pelas demais normas que disciplinam a matéria; bem como pelas especificações estabelecidas no termo de referência, que realizou o sorteio dos leiloeiros habilitados:
1º - Ivanildo de Sousa Damasceno
2º - Kleiber Leite Pereira
2º - Alvaro Antonio Mussa Pereira
4º - Rodrigo Schmitz
5º - Luzinete Mussa de Moraes Pereira
Rondonópolis-MT, 05 de julho de 2023
Paula Cristiane Moraes Pereira
Presidente da Comissão de Licitação

JOEL LUIS KARPINSKI, CPF: 571.289.361-49, proprietário da FAZENDA ESTRELA – LOTE 80, torna público que requereu junto a SEMA-MT, a obtenção da Licença Florestal – LF da propriedade, para atividade de PEF-PLANO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL, no município Aripuanã-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2023 TERMO DE FOMENTO
Processo nº 890690/2023. Objeto: TERMO DE FOMENTO com a Associação Centro América de Karatê Shotokan para a execução do Projeto KARATÊ DO TRADICIONAL – ESPORTE E CIDADANIA, por meio da realização de práticas esportivas na modalidade do Karatê para 250 (duzentos e cinquenta) crianças e adolescentes com idade entre 06 a 17 anos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social do Município de Várzea Grande/MT, conforme Plano de Ação 2023, vigência será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, segundo consta no Plano de Aplicação e Execução 2023, com valor global de valor global de R\$ 196.588,23 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos) em 01 (uma) única parcela. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.
Várzea Grande, 03 de julho de 2023
ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: “CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2023”
A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Concorrência Pública nº 08/2023, tendo como objeto: “Obra remanescente de construção do complexo social Padre Lothar, localizado na rua Rio Branco, Bairro Padre Lothar, na região Vila Rica, no Município de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico/executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico/executivo encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura/ Promoção e Assistência Social anexo ao edital” que após a análise detalhada das documentações e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foram consideradas habilitadas, classificadas e vencedoras deste procedimento licitatório, a empresas:
Jrm Construções Eireli, que apresentou o preço global de R\$ 5.775.111,43 (cinco milhões setecentos e setenta e cinco mil cento e onze reais e quarenta e três centavos).
Sendo assim a Comissão abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que as empresas apresentem suas razões e contrarrazões, ATA completa disponível no Diorondon.
Rondonópolis-MT, 05 de julho de 2023
Paula Cristiane Moraes Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023
“COM ITENS EXCLUSIVOS E REGIONALIZADOS PARA ME – EPP” DECRETO MUNICIPAL Nº 2.796/2017
O Pregoeiro oficial do município de Canarana-MT, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 006/2023, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e outros para a alimentação escolar dos alunos da rede pública de ensino do município de Canarana para o ano letivo de 2023 com entrega diária e fracionada nas Escolas Municipais da Sede, Zona Rural e Aldeias Indígena anteriormente marcado para o dia 12/07/2023 às 12:30hrs (Horário de Brasília), por conveniência e interesse da administração, fica remarcado para o dia 01/08/2023 às 12h30min (Horário de Brasília) na sala de licitações. O edital permanece inalterado e os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT, podendo ser retirado pessoalmente no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com ou www.canarana.mt.gov.br.
Canarana-MT, 04 de julho de 2023.
DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023
“COM ITENS EXCLUSIVOS E REGIONALIZADOS PARA ME – EPP” DECRETO MUNICIPAL Nº 2.796/2017
O Pregoeiro oficial do município de Canarana-MT, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 006/2023, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e outros para a alimentação escolar dos alunos da rede pública de ensino do município de Canarana para o ano letivo de 2023 com entrega diária e fracionada nas Escolas Municipais da Sede, Zona Rural e Aldeias Indígena anteriormente marcado para o dia 12/07/2023 às 12:30hrs (Horário de Brasília), por conveniência e interesse da administração, fica remarcado para o dia 01/08/2023 às 12h30min (Horário de Brasília) na sala de licitações. O edital permanece inalterado e os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT, podendo ser retirado pessoalmente no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com ou www.canarana.mt.gov.br.
Canarana-MT, 04 de julho de 2023.
DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA - Pregoeiro Oficial

LUIZ GERMANO ZUCONELLI, CPF nº968.874.191-49, torna público que requereu junto a SEMA-MT, o pedido de LICENÇA PRÉVIA, INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO, para extração e beneficiamento de minério de ouro em regime de permissão de lavra garimpeira, processo ANM nº 866.590/2007, fazenda Bom Jardim, zona rural do município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2023 TERMO DE FOMENTO
Processo nº 890690/2023. Objeto: TERMO DE FOMENTO com a Associação Centro América de Karatê Shotokan para a execução do Projeto KARATÊ DO TRADICIONAL – ESPORTE E CIDADANIA, por meio da realização de práticas esportivas na modalidade do Karatê para 250 (duzentos e cinquenta) crianças e adolescentes com idade entre 06 a 17 anos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social do Município de Várzea Grande/MT, conforme Plano de Ação 2023, vigência será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, segundo consta no Plano de Aplicação e Execução 2023, com valor global de valor global de R\$ 196.588,23 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos) em 01 (uma) única parcela. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.
Várzea Grande, 03 de julho de 2023
ANA CRISTINA

